



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9819 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT10 - Alfabetização, Leitura e Escrita

A presença da Literatura no Pacto pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC

Simone Aparecida de Jesus - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS

Gina Glaydes Guimarães de Faria - UFG - Universidade Federal de Goiás

A presença da Literatura no Pacto pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC

Resumo:

Discute-se, neste trabalho, como a literatura é abordada pelo PNAIC, para o ciclo de alfabetização, em referência aos 3 primeiros anos do Ensino Fundamental. Descreve-se o Pacto pela Alfabetização na Idade Certa, apresenta-se a concepção de literatura e os possíveis nexos com o sentido de formação, em relação a este *Programa*, para o qual as obras literárias tendem a ser compreendidas como “pano de fundo”, como ferramenta que subsidia o trabalho pedagógico. Percebe-se um tensionamento entre a preocupação com o desenvolvimento da imaginação e da criatividade da criança, no sentido da literatura como fruição estética e a perspectiva da sua instrumentalização, concluindo-se que o trabalho com a Literatura, apresentado pelo PNAIC, apesar de pretender atender a uma “escolarização adequada” (SOARES, 2006), trata-se de uma instrumentalização da Literatura em detrimento de outras áreas do conhecimento, como “pano de fundo” para outras aprendizagens.

Palavras-chave: Literatura, PNAIC, Ensino Fundamental, instrumentalização.

A pesquisa que origina este trabalho investigou como a literatura é abordada no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), considerando dois movimentos interrelacionados: a análise de teses e dissertações que tratam do PNAIC na interface com a literatura e a análise dos documentos norteadores, particularmente os *Cadernos de Formação* referentes à Língua Portuguesa. Apesar de a Literatura não ser o foco do PNAIC, há em sua configuração um eixo referente aos materiais didáticos, no qual aparecem o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), acervos de literatura e orientações para o trabalho com a literatura. Assim, o PNAIC tornou-se uma fonte de pesquisa relevante pra se estudar as proposições oficiais que envolvem a presença da literatura na escola.

O recorte adotado neste trabalho restringe-se à discussão sobre a concepção de

literatura presente nos *Cadernos de Formação* do PNAIC. Para este trabalho consideram-se as orientações que as diretrizes oficiais oferecem aos professores alfabetizadores sobre como trabalhar a literatura com os alunos e suas implicações para a própria literatura em sua dimensão formativa, já que o simples contato com os livros literários e sua distribuição não são garantia de que o trabalho se efetive como ensino de literatura.

Instituído pelo MEC por meio da portaria nº 867, de 4 de julho de 2012 e implementado em 2013, o PNAIC destina-se aos professores dos 3 primeiros anos do Ensino Fundamental, momento em que a criança, segundo as diretrizes legais, deve adquirir o Sistema de Escrita Alfabética e ser capaz de usá-lo conforme as exigências sociais e culturais até os 8 anos de idade[1].

O *Programa* configurou-se como uma política educacional de investimento na qualidade do Ensino Fundamental, a ser alcançada com base na formação continuada dos professores alfabetizadores e reporta-se ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, [2] no “Art. 2º, inciso II: alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, aferidos os resultados por exames periódicos específicos” (BRASIL, 2007). Está organizado em quatro eixos: formação continuada; materiais didáticos, obras literárias, obras de apoio pedagógico, jogos e tecnologias educacionais; avaliações sistemáticas: processual, Prova Brasil e externa universal; e gestão, controle social e mobilização.

O PNAIC apresenta um conjunto de “direitos de aprendizagem”, organizados em unidades sistematizadas nos *Cadernos de Formação*. Destes, os “direitos de aprendizagem” de Língua Portuguesa são organizados em seis eixos: oralidade, leitura, produção de textos escritos que se divide em: escrita gráfica e a estrutura do texto e relações sociais da escrita; e, por fim, a análise linguística que também se divide em dois eixos: análise linguística discursiva, textual e normativa; e análise linguística da apropriação do Sistema de Escrita Alfabética. São estabelecidos objetivos para cada um desses eixos com a finalidade de se cumprir a meta 5 do Plano Nacional de Educação (PNE) [3], de alfabetizar todas as crianças até o 3º ano do Ensino Fundamental.

A partir dos princípios que norteiam o PNAIC, identificam-se referências à alfabetização e ao letramento (SOARES, 2003), bem como à necessidade de acesso, o mais cedo possível, aos textos literários. Nesta perspectiva, cabe ao professor alfabetizador o planejamento das atividades, sobretudo em sua forma lúdica, partindo de instrumentos que possibilitem prazer, entusiasmo e motivação, oportunidade de aprender brincando, de forma livre. Além dos jogos pedagógicos são indicados, para esta interação entre o conteúdo e o lúdico, os acervos de literatura.

Apesar destes registros, constata-se, nos *Cadernos de Formação*, a tendência de se restringir a literatura à formação do hábito de leitura numa perspectiva de externalidade ao seu próprio sentido formativo. Em tom prescritivo, as metodologias indicadas minimizam as provocações, reflexões e transformações que a literatura pode desencadear na criança. Na maioria das atividades em que a literatura é mencionada identifica-se uma visão instrumental, sendo raro identificar, nos *Cadernos de Formação*, momentos específicos de reflexão acerca da literatura na perspectiva da “escolarização adequada” (SOARES, 2006).

Nas sugestões de planejamento de projetos e sequências didáticas em que se propõe a integração das diferentes áreas do conhecimento, recorrente nos *Cadernos de Formação*, a literatura aparece apenas como um dos gêneros a serem utilizados em favor do trabalho pedagógico, como meio para aquisição de outros conhecimentos. Este ponto se observa, por exemplo, no depoimento de uma professora sobre a escolha do livro “O guarda-chuva do

guarda” em que se intenciona explorar o jogo de palavras, objetivando trabalhar a apropriação do Sistema de Escrita Alfabética (SEA): “em seguida, pedi que as crianças circulassem as palavras que rimavam no poema. Logo após, incentivei os alunos a pensarem que, mudando uma letra na palavra, muda toda a palavra” (BRASIL, 2012c, p. 17). Ainda que esta atividade possa ser condizente ao objetivo proposto pela professora, observa-se que a obra literária acaba se reduzindo ao seu uso meramente instrumental.

Esta abordagem em relação à literatura é recorrente nos depoimentos de professores, citados na seção “compartilhando” dos *Cadernos de Formação*. A literatura aparece como uma das atividades permanentes e essenciais para o processo de alfabetização, sendo concebida, no entanto, como mero instrumento de aproximação da criança para com a escrita. A crítica que se tem, a partir desta constatação, diz respeito ao esvaziamento sofrido pela literatura, de seu sentido de universalidade, desconhecendo-a como direito essencial (CANDIDO, 2011). As possibilidades que a literatura apresenta para além dos processos de leitura e de escrita, em termos de fruição literária, são minimizadas.

Nos *Cadernos* são feitas indicações quanto ao processo de escolha dos textos, sugerindo-se perguntas que o professor deve considerar para esta escolha: “qual seria um bom texto para desenvolver determinada habilidade de leitura que meus alunos ainda não dominam bem?” (BRASIL, 2012a, p. 11). De acordo com o PNAIC, perguntas desse tipo ajudam o professor a pensar a aula, sendo determinantes para o seu trabalho. Contudo, o texto literário, em sua particularidade, implica-se às suas possibilidades de interpretação, de imaginação e suas relações intrínsecas com a realidade.

Um exemplo descrito nos *Cadernos de Formação*, por um dos depoimentos de uma professora ilustra como se dá a escolha dos Livros Literários a serem trabalhados nas aulas:

Inicialmente a escolha dos livros era para alcançar os seguintes objetivos: aproximar os alunos de textos literários (poemas), identificar as características do gênero poema, refletir sobre os valores sonoros das palavras e suas relações com a pauta escrita, explorar alguns recursos linguísticos do gênero poema rimado, produzir textos semelhantes, promover momentos de socialização das produções textuais por meio de apresentações e material impresso (BRASIL, 2012d, p. 28).

A proposta é de que os alunos passem a procurar valores sonoros e rimas no texto, como se este servisse apenas como lista de palavras. Desse modo o texto deixa de ser interessante, pois é limitado aos afazeres escolares em sentido restrito. De acordo com o PNAIC, “O trabalho com a literatura também pode se tornar uma boa oportunidade de abordar de forma lúdica a apropriação do Sistema de Escrita” (BRASIL, 2012b, p. 12). Os livros literários são citados como importante instrumento para despertar a ludicidade no aprendizado da língua materna, atribuindo à literatura uma função e, ao mesmo tempo, uma responsabilidade de fazer com que as aulas de Língua Portuguesa sejam mais prazerosas.

O PNAIC propõe “aproveitar a densidade e riqueza do acervo literário para agregar conhecimentos e novos olhares sobre o que está sendo estudado” (BRASIL, 2012, p. 17). Esta é, todavia, uma perspectiva perigosa, visto que o uso constante da literatura com a finalidade de se retirar dela informações e conhecimentos de modo prático, instrumentalizando-a, pode acarretar uma perda de seu próprio sentido.

A literatura tem uma capacidade humanizadora, princípio afirmado por Antônio Candido ao defender o acesso à literatura como um direito humano. Para ele a literatura é

uma das exigências vitais ao homem, assim como alimentação e moradia. Contudo, para que esta assim se efetive é necessária uma organização justa da sociedade, que a compreenda como uma necessidade da qual não se pode abrir mão. Pois, independente de ser ou não alfabetizada, todas as pessoas, de alguma maneira, estão imersos no universo literário. Apesar de que para muitos o único acesso à literatura se dá no ambiente escolar, este universo ainda assim está presente em suas vidas, pois o homem convive com o mundo da fantasia e as fantasias estão ligadas à realidade, aos desejos ou aos problemas reais do cotidiano. É nesta relação que a literatura pode se tornar integradora e transformadora da realidade, visto que, por meio dela se pode confirmar, negar, propor, denunciar, apoiar, combater, transcender ao desejado, por diferentes caminhos.

O autor afirma ainda que negar a literatura “é mutilar a nossa humanidade” (CANDIDO, 2011, p. 188) e como dito na descrição do Programa, este se pautou nos “direitos de aprendizado”, um discurso que pode ser entendido como incoerente visto que o direito à literatura é negado ao usá-la apenas como meio para a consolidação de conhecimentos diversos, por vezes de forma mecânica, como os exercícios de procurar grupos de palavras em poemas, por exemplo.

Com o estudo realizado foi possível constatar que, apesar de não se fazer inferências ou reflexões sobre a literatura, os livros literários são a base para todas praticamente todas atividades proposta pelos *Cadernos de Formação* do PNAIC, aparecendo em relatos de experiência e modelos de atividades citados nestes cadernos para orientar a elaboração de projetos e sequências didáticas.

Conclui-se que, a concepção instrumental da literatura prevalece no PNAIC, como em outros documentos que orientam a sua presença na escola. E que esta é uma questão que necessita ser aprofundada, tendo em vista a consecução de um projeto formativo que, na condição de um direito essencial da criança, seja efetivado na escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da educação. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Diário Oficial. Brasília: DF, 2007. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em: 22 de julho de 2018.

_____. Ministério da Educação. **Conversão da Medida Provisório nº 586, de 2012**. Brasília: DF, 2012. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12801.htm>. Acesso em: 22 de junho de 2018.

_____. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa. Ano 02: Unidade 02. **A organização do planejamento e da rotina no ciclo de alfabetização na perspectiva do letramento**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2012a. Disponível em: <<http://www.serdigital.com.br/gerenciador/clientes/ceel/material/113.pdf>>. Acesso em: 22 de junho de 2018.

_____. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa. Ano 02: Unidade 05. **O trabalho com gêneros textuais na sala de aula**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2012b. Disponível em: <<http://www.serdigital.com.br/gerenciador/clientes/ceel/material/63.pdf>>. Acesso em: 22 de junho de 2018.

_____. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto

Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa. Ano 03: Unidade 03. **O último ano do ciclo de alfabetização: consolidando os conhecimentos.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2012c. Disponível em: <<http://www.serdigital.com.br/gerenciador/clientes/ceel/material/92.pdf>>. Acesso em: 22 de junho de 2018.

_____. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa. Ano 03: Unidade 07. **A heterogeneidade em sala de aula e a diversificação das atividades.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2012d. Disponível em: <<http://www.serdigital.com.br/gerenciador/clientes/ceel/material/100.pdf>>. Acesso em: 22 de junho de 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: DF, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2019.

CANDIDO, Antônio. **Vários Escritos.** 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23^a ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento.** São Paulo: Contexto, 2003.

SOARES, Magda. A escolarização da literatura infantil e juvenil. In: EVANGELISTA, Aracy Alves Martins; BRANDÃO, Heliana Maria Brina; MACHADO, Maria Zélia Versiani (organizadoras). **A escolarização da leitura literária: O jogo do livro infantil e juvenil.** 2^a ed., 2^a reimp. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006.

[1] O Programa teve edições até o ano de 2017, com foco em diferentes áreas do conhecimento e com diferentes formatos. Com a mudança de governo não só deixou de ter novas edições como todo o material foi retirado do portal do MEC.

[2] Legalizado pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007.

[3] Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.